



TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

LEI Nº 3.219 DE 27 DE MAIO DE 2025

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA, ESTABELECENDO DIRETRIZES PARA CONTROLE POPULACIONAL, FORNECIMENTO DE SUPORTE A ONGS E PROTETORES INDEPENDENTES, ALÉM DA PROMOÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS E DE SAÚDE ANIMAL.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA, Estado de Pernambuco, usando das suas atribuições que lhe são conferidas, nos termos dos artigos 64 e 65, inciso V, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu SANCIONO a seguinte lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, destinado a garantir o controle populacional de animais em situação de rua, fornecer suporte às ONGs e protetores independentes, e promover ações educativas voltadas à conscientização da população.

Art. 2º O Programa será coordenado pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria responsável pelo meio ambiente e proteção animal, podendo firmar parcerias com entidades públicas e privadas para a execução de suas ações.

CAPÍTULO II – DA DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS

Art. 3º Fica autorizada a destinação de uma porcentagem específica de medicamentos veterinários essenciais para ONGs, associações e cuidadores particulares legalmente constituídos e cadastrados junto ao município, que desempenhem atividades de proteção animal.

Parágrafo único. Os cuidadores particulares deverão atender aos critérios apresentados pelas respectivas secretarias responsáveis, para usufruir dos benefícios desta lei.

Parágrafo Único. Fica instituído que os animais resgatados serão de responsabilidade das ONGs, associações e cuidadores particulares cuidar e enviar para adoção.

Art. 12º O município será responsável por estruturar uma rede de assistência para o encaminhamento desses animais, garantindo que sejam atendidos pelas ONGs, associações e cuidadores particulares.

CAPÍTULO V – DA EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Art. 13º Fica instituído o Programa de Educação e Conscientização para a Posse Responsável e Bem-Estar Animal, a ser desenvolvido em escolas municipais e por meio de campanhas educativas.

Art. 14º As campanhas deverão abordar temas como:

- I. Adoção responsável;
- II. Consequências do abandono e maus-tratos;
- III. Importância da castração;
- IV. Direitos e deveres dos tutores de animais.

CAPÍTULO VI – DAS PENALIDADES

Art. 15º O descumprimento das disposições previstas nesta lei poderá resultar em sanções administrativas, incluindo multa e restrição ao recebimento de benefícios municipais.

Art. 16º Em casos de maus-tratos e abandono, serão aplicadas penalidades conforme previstas na legislação federal vigente, incluindo a **Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)**.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Ressalta-se que os recursos destinados aos medicamentos veterinários são de origem federal, **não gerando despesas ao município**.

Art. 18º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei no que couber, mediante decreto.

Art. 19º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Timbaúba/PE, 27 de Maio de 2025.

MARINALDO
ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:4
0806022434

Assinado de forma digital por
MARINALDO ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806022434
Dados: 2025.05.27 11:03:29
-03'00'

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal